



Reflexos da Covid no teletrabalho e no ensino remoto em instituições privadas de ensino superior em Minas Gerais

Argemiro Luís Brum¹

Natália Batista Rodrigues²

Nelson José Thesing³

Márcia Maria Rodrigues Sá⁴

Ivani Schuster⁵

Recebido em: 12-07-2023

Aceito em: 17-03-2024

Resumo

O presente artigo verifica os reflexos da Covid-19, no Teletrabalho e no Ensino Remoto Emergencial, em instituições privadas, de ensino superior no estado de Minas Gerais. Para responder aos desafios, o estudo conta com a pesquisa de natureza aplicada, quali-quantitativa, de matriz descritiva, para analisar as três Instituições de Ensino Superior que pertencem ao grupo educacional, Prominas. Os resultados da pesquisa apontam a presença significativa das mulheres, identificaram as preocupações da qualidade do ensino remoto. Para os alunos, o ambiente dificultou a interação social, conexão com os colegas e professores. Por outro lado, a pesquisa indica que os estudantes perceberam a flexibilidade do ensino remoto, o uso de ferramentas digitais, porém, preferem aulas presenciais. O grupo de técnicos-administrativo apresentou interesse na expansão de suas atividades remotas no pós-pandemia, no entanto, apresenta receios quanto as leis que regulam o teletrabalho no Brasil. Os docentes enfrentam desafios no campo tecnológico, nas vivências acadêmicas, desafios de interação, com pouca perspectiva para com o ensino a distância. Os gestores tiveram que lidar com uma série de desafios e tomar decisões rápidas para garantir a segurança dos alunos, professores e funcionários, ao mesmo tempo em que tinham a tarefa de manter as instituições funcionando com suas atividades acadêmicas. Por fim, mapear, verificar e analisar os reflexos da Covid-19 no Teletrabalho, no Ensino Remoto Emergencial, em instituições privadas de ensino superior, é um fenômeno ainda recente, que necessita de mais suporte tecnológico, novos processos pedagógicos, administrativos e de pesquisa.

Palavras-chaves: Covid; teletrabalho; ensino remoto emergencial.

Reflections of Covid on Telework and Emergency Remote Teaching in Private Institutions of Higher Education in the state of Minas Gerais

Abstract

This article verifies the effects of Covid-19, on Telework and Emergency Remote Teaching, in private institutions of higher education in the state of Minas Gerais. To respond to the challenges, the study relies on research of an applied nature, qualitative and quantitative, with a descriptive matrix, to analyze the three Higher Education Institutions that belong to the educational group, Prominas. The survey results point to the significant presence of women, identifying concerns about the quality of remote teaching. For students, the environment hindered social interaction, connection with classmates and teachers. On the other hand, the research indicates that students realized the flexibility of remote teaching, the use of digital tool, however, they prefer face-to-face classes. The group of administrative

¹ Doutorado em Socioeconomia do Desenvolvimento (EHESS - França). Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ. E-mail: argelbrum@unijui.edu.br

² Mestranda em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ. E-mail: natalia.rodrigues@sou.unijui.edu.br

³ Doutorado em Integração Regional (UFPel). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUÍ. E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

⁴ Doutoranda em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: marcia.sa@sou.unijui.edu.br

⁵ Doutoranda em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: ivani.schuster@sou.unijui.edu.br

technicians showed interest in expanding their remote activities in the post-pandemic period, however, they are concerned about labor laws. Teachers face challenges in the technological field, in academic experiences, interaction challenges, with little prospect for distance learning. Managers had to deal with a series of challenges and make quick decisions to ensure the safety of students, faculty and staff, while at the same time having the task of keeping institutions running with their academic activities. Finally, mapping, verifying and analyzing the effects of Covid-19 on Telework, Emergency Remote Teaching, in private institutions of higher education, is still a recent phenomenon, which needs more technological support, new pedagogical, administrative and research processes.

Keywords: Covid; telework; emergency remote teaching.

Reflexiones del Covid sobre el Teletrabajo y la Enseñanza Remota de Emergencia en Instituciones Privadas de Educación Superior del Estado de Minas Gerais

Resumen

Este artículo verifica los efectos del Covid-19, en el Teletrabajo y la Enseñanza Remota de Emergencia, en instituciones privadas de educación superior del estado de Minas Gerais. Para responder a los desafíos, el estudio se apoya en una investigación de carácter aplicado, cualitativa y cuantitativa, con matriz descriptiva, para analizar las tres Instituciones de Educación Superior que pertenecen al grupo educativo Prominas. Los resultados de la encuesta apuntan a la presencia significativa de mujeres, identificando preocupaciones sobre la calidad de la enseñanza a distancia. Para los estudiantes, el ambiente dificultaba la interacción social, la conexión con compañeros y profesores. Por otro lado, la investigación indica que los estudiantes se dieron cuenta de la flexibilidad de la enseñanza a distancia, el uso de herramientas digitales, sin embargo, prefieren las clases presenciales. El grupo de técnicos administrativos mostró interés en ampliar sus actividades a distancia en el periodo pospandemia, sin embargo, están preocupados por las leyes laborales. Los docentes enfrentan desafíos en el campo tecnológico, en experiencias académicas, desafíos de interacción, con pocas perspectivas de aprendizaje a distancia. Los gerentes tuvieron que lidiar con una serie de desafíos y tomar decisiones rápidas para garantizar la seguridad de los estudiantes, profesores y personal, al mismo tiempo que tenían la tarea de mantener las instituciones funcionando con sus actividades académicas. Finalmente, mapear, verificar y analizar los efectos del Covid-19 en el Teletrabajo, Enseñanza Remota de Emergencia, en instituciones privadas de educación superior, es aún un fenómeno reciente, que necesita más apoyo tecnológico, nuevos procesos pedagógicos, administrativos y de investigación.

Palabras llave: Covid; teletrabajo; enseñanza remota de emergencia.

1 Introdução

O tema da presente pesquisa verifica os reflexos da experimentação do Teletrabalho e do Ensino Remoto Emergencial (ERE), no período de março de 2020 a julho de 2021, período da Covid-19. Assim, a pesquisa, propõe um recorte a partir de três Instituições de Ensino Superior (IES) privadas no estado de Minas Gerais, do grupo educacional Prominas, tendo como participantes da pesquisa os técnicos administrativos, alunos, docentes e gestor, em um período pandemia da Covid-19 que afetou a vida das pessoas, o que levou a suspensão das atividades presenciais em distintos âmbitos laborais. As diretrizes sanitárias e governamentais se deram por questões de biossegurança visando à promoção da saúde física e mental da população brasileira⁶.

6 Portaria nº 1.565, de 18 de junho de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3s8Loms> . Acesso em 10 de outubro de 2022.

Foram adotadas novas medidas para enfrentamento da emergência, indicadas pelo Ministério da Saúde (MS), como o distanciamento social, etiqueta respiratória e de higienização das mãos, uso de máscaras, limpeza e desinfecção de ambientes e isolamento domiciliar de casos suspeitos e confirmados. Desta forma, o trabalho das IES realizou um esforço institucional para a não interrupção do semestre letivo. O Ministério da Educação (MEC) permitiu a substituição das aulas presenciais, por atividades educacionais, online, notadamente na forma de videoconferências síncronas ou assíncronas, denominadas como parte do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Em termos quantitativos as “IES no Brasil dividem-se em 2.153 organizações privadas contra 304 públicas, ou seja, 87,6% das instituições da educação superior são privadas” (INEP, 2022, p.12). O número de alunos matriculados na graduação presencial era de 5.574.551 estudantes em 2020, sendo que “3,8 milhões de alunos ingressaram em cursos de graduação” (INEP, 2022, p. 18). Diante dessa informação pode-se dizer que este quantitativo representa 86% do público das instituições privadas.

Em suma, as alterações ao longo do ano de 2020 e 2021, no ambiente das IES, para além dos estudantes, foi necessário planejar as atividades de técnicos administrativos, docentes e gestores que foram também afetados por esse fenômeno, na forma do teletrabalho⁷. Assim, foi necessário pesquisar ações para os atores envolvidos no processo de novos conhecimentos tecnológicos e metodológicos frente a pandemia. Desta forma foi necessário pensar de forma coligada às vivências dos atores que fazem parte da IES, para realizar uma contribuição crítica e analítica a partir da experiência de três Instituições de Ensino Superior, privadas no estado de Minas Gerais que tiveram suas atividades desenvolvidas pelo Teletrabalho e pelo Ensino Remoto Emergencial. Para além dessa Introdução, o artigo apresenta, os Referenciais Teóricos, Caminhos Metodológicos, Análise e Discussão dos Resultados e as Considerações Finais.

2 Referências teóricas

Parte-se do pressuposto de que o referencial teórico-metodológico permite verificar os reflexos do Teletrabalho e do Ensino Remoto Emergencial, nas Instituições de Ensino Superior que é regido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as normas e diretrizes para

7 Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ldcLR0>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

a educação superior no país, definindo as modalidades de ensino, os níveis e as áreas de formação (Brasil,1996).

Em vista disso, o Teletrabalho é regulamentado pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, conhecida como Reforma Trabalhista. Essa legislação define o teletrabalho como a prestação de serviços fora das dependências do empregador, utilizando tecnologias de informação e comunicação que, por sua natureza, não sejam possíveis de serem realizadas presencialmente (Brasil,2017). Já o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi regulamentado pela Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, do Ministério da Educação (MEC). Essa portaria autorizou as instituições de ensino superior a substituírem as aulas presenciais por aquelas em meios digitais enquanto perdurasse o período de isolamento social decorrente da pandemia do Covid-19 (Brasil,2020).

2.1 Ensino superior no Brasil: dispositivos legais

As normas educacionais que regulamentam o ensino superior no Brasil estão embasadas por dois instrumentos legais principais, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Além destes instrumentos principais, existem Portarias Ministeriais, Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação e Conselhos Profissionais que se destinam a complementar as diretrizes educacionais.

Conseqüentemente investigar os instrumentos que regem as políticas educacionais trata-se de um campo de estudo, enquanto um direito educacional. Oportuniza a integração e um diálogo da síntese entre saberes⁸. Na sequência, respeitando a hierarquia das legislações brasileiras, o estudo mapeia e discute o papel do ensino superior.

2.2 Educação na constituição federal de 1988

Na Constituição Federal de 1988, no capítulo II do referido texto constitucional no artigo 6º da Carta Magna consagra o direito à educação como direito social ao dispor que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta

⁸ A proposta interdisciplinar que se propõe neste momento do artigo trata-se de uma tentativa de conexão entre saberes, mas reforça o *locus* de enunciação dos pesquisadores sua atuação em Desenvolvimento Regional.

Constituição”. Para Martins (2022, p.12) [...] o Estado tem o dever principal de fazer, de agir, de implementar políticas públicas que tornem realidade os direitos constitucionalmente previstos.”

Ao avançar na análise legal é importante situar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nela a educação superior é tratada especificamente no Capítulo IV – Da Educação Superior, do Título V – Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, da LDB, sem prejuízo de outros artigos esparsos no texto legal. Nesse capítulo, a LDB traça as principais normas referentes à estrutura e à funcionalidade da educação superior no Brasil.

No que concerne a responsabilidade do sistema federal de ensino, o artigo 9º da LDB visa “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (inciso VI). Porém, merece registro que as IES no Brasil podem ser públicas ou privadas de acordo com o MEC. Sendo a primeira categoria gerida e custeada pelo Poder Público pelos entes federativos Municipal, Estadual e Federal, no qual o aluno não tem gastos com matrículas e mensalidades, mas precisam passar por um processo seletivo para ingressar. Já as privadas são mantidas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado⁹ com ou sem finalidade de lucro e os alunos pagam mensalidades e taxas de matrícula para ter acesso aos cursos oferecidos. As instituições privadas também precisam seguir as normas e exigências do MEC para garantir a qualidade de seus cursos e serviços educacionais.

Em termos estatísticos, o último Censo da Educação Superior, Ministério da Educação (2022), apontou que 87,6% das Instituições de Educação Superior são privadas, sendo 2.261 IES privadas no Brasil; sendo que predominam quanto a categoria as faculdades prevalecem quanto aos demais (81,0%)¹⁰. Entre 2011 e 2021, o número de ingressantes em cursos superiores de graduação, na modalidade de Educação a Distância (EaD), aumentou 474%. No mesmo período, a quantidade de ingressantes em cursos presenciais diminuiu 23,4%. Se, em 2011, os ingressos por meio de EaD correspondiam a 18,4% do total, em 2021, esse percentual chegou a 62,8%.

Desde o ano de 2016, a matrícula em cursos presenciais na rede privada de educação superior tem diminuído e esse comportamento é acompanhado pelo aumento do ritmo de crescimento dos cursos EaD. Em 2021, o número de matrículas em cursos à distância da rede

⁹ Conforme o artigo 20 da LDB, as categorias de IES privadas sem fins lucrativos dividem-se: comunitárias, que incluem em sua entidade mantenedora representantes da comunidade; confessionais, que atendem a determinada orientação confessional e ideológica; e filantrópicas, que prestam serviços à população, em caráter complementar às atividades do Estado.

¹⁰ Fonte: Deed/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior (2022).

privada ultrapassa o número de matrículas em cursos presenciais. Diante dos percentuais apresentados é possível observar o aumento significativo do ensino superior na modalidade EaD, contrastando com a queda vertiginosa do ensino presencial. Sabe-se que esse processo de migração de matrículas foi incrementado no período de 2020 a 2022, momento histórico no qual as aulas presenciais encontravam-se suspensas dadas as condições sanitária impostas pela Covid-19. Assim, a sequência a pesquisa discute a experiência do Ensino Remoto Emergencial.

2.3 Ensino Remoto emergencial no ensino Superior

Mediante a emergência sanitária, ocasionada pela Covid-19, o Ministério da Educação criou alternativas para manutenção das ações educacionais, que contaram com instrumentos normativos, com o objetivo de orientar as Instituições de Ensino, sobre as medidas necessárias para garantir a continuidade das atividades pedagógicas e a proteção da comunidade acadêmica, com as orientações para o Ensino Remoto Emergencial. Para Hodges *et al.* (2020), pioneiros a cunharem o termo “Ensino Remoto Emergencial” (ERE), indicam como uma estratégia mediada pela tecnologia, para a manutenção das atividades pedagógicas no contexto pandêmico. Já para Garcia *et al.* (2020, p. 08), afirmam de forma categórica que “ensinar remotamente não é sinônimo de ensinar a distância”. Assim, ressaltam os autores que o ensino na modalidade a distância requer uma formulação teórica- metodológica própria sendo desenvolvido no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com materiais didáticos específicos e apoio de tutores para sanar as dúvidas dos alunos. Por fim constata-se uma congruência entre as abordagens dos autores citados, sendo possível notar a uniformidade dos argumentos que caracterizam o ERE em suas especificidades, aproximações e distância em relação ao EAD.

2.4 Evolução histórica do teletrabalho

O Teletrabalho é um dos conceitos chave da presente pesquisa e será analisado nesta pesquisa a partir das referências dos técnicos administrativos, docentes e gestores. Nesse sentido, é necessário localizar as especificidades que o conceito carrega em sua historicidade. Desta forma, para obter uma elucidação acerca do que é o teletrabalho em sua essência, é necessário compreender como se deu a sua exegese e, portanto, a formação conceitual atribuída pelos estudiosos sobre o assunto.

A origem da expressão remonta se apresentou na crise petrolífera nos anos 1970. O pesquisador estadunidense Jack Nilles (1997), considerado o pai do Teletrabalho, visto que, no intuito de solucionar os entraves gerados pela crise, apresentou o conceito do “telecommuting” que depois passou a ser chamado de “telework”, sugerindo a ideia de que ao invés do trabalhador ir até o trabalho, seria o trabalho que iria até o trabalhador por intermédio dos meios telecomunicativos. Em síntese, para Nilles o Teletrabalho é uma experiência de mudança que altera de modo sensível o local e as condições de trabalho para os sujeitos empregados, especialmente com o surgimento da Internet e a produção massificada de computadores, *smartphones* e *tablets* propiciados pela Revolução Tecnológica.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) agência especializada da Organização das Nações Unidas(ONU) criada em 1919 com o objetivo de promover o trabalho decente e a justiça social em todo o mundo, atuando por meio da promoção de normas internacionais do trabalho, da elaboração de políticas e programas, da prestação de assistência técnica e do desenvolvimento de pesquisas e publicações conceituou o Teletrabalho como uma forma de trabalho que utiliza Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para permitir que o trabalho seja realizado fora das instalações do empregador. Essa forma de trabalho pode ser realizada a partir de casa, de um escritório remoto ou de outro local que não seja o ambiente tradicional de trabalho (OIT,2021).

A OIT destaca que o teletrabalho pode oferecer maior flexibilidade e autonomia para os trabalhadores, permitindo que eles conciliem melhor suas responsabilidades profissionais e pessoais. Além disso, pode contribuir para a redução de custos das empresas com infraestrutura e transporte, além de melhorar a produtividade e a satisfação dos colaboradores.

No Brasil, começou-se a se investigar o teletrabalho em 1997, no Seminário Home Office/Telecommuting – Perspectivas de Negócios e de Trabalho para o Terceiro Milênio. Houve também a fundação da Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades, a SOBRAT¹¹, em 1999 com o advento da difusão dos computadores e internet, conforme narra Goulart (2009).

Feito esse registro histórico do teletrabalho no contexto internacional, considera-se necessário discutir os termos em que essa experiência trabalhista deu-se no Brasil, com destaque para a sua apresentação no contexto universitário privado.

¹¹ A Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades (SOBRATT) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1999 e desde então se tornou a única e acreditada fonte sobre os temas do teletrabalho e sobre as diversas formas flexíveis de realização do trabalho no Brasil, com objetivo de disseminar o conhecimento do mundo do trabalho à distância, especialmente o teletrabalho, desenvolvendo pessoas e organizações, influenciando na melhoria da condição social, política e econômica do nosso Brasil e na qualidade de vida dos trabalhadores.

2.5 Terminologia legal do teletrabalho no Brasil

Face às pesquisas e debates acerca do tema, somente com o advento da Reforma Trabalhista realizada pela Lei nº 13.467 de 2017, que esta modalidade foi de fato regulamentada, com a inserção de um capítulo contendo cinco artigos na Consolidação das Leis do Trabalho, apresentando conceitos e regramentos novos. Porém, antes de analisar o regramento oficial, registra-se que a palavra “teletrabalho”, surge da formação da palavra “tele” que origina do grego e traz o conceito de “longe, à distância”. Logo, traz a ideia que se trata de um trabalho à distância. Cairo Júnior (2017, p. 50) ensina que “Conceitua-se teletrabalho como uma espécie de trabalho à distância (executado fora do centro de trabalho tradicional), concebido como forma flexível de organização do trabalho”.

Já o legislador, em 2017, preocupou-se em trazer um conceito legal para o teletrabalho pelo art. 75-B, tal qual: “A prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo” (Brasil, 1943). Nesta ótica, o teletrabalhador e suas atribuições que ocorrem fora das dependências da empresa possui enquadramento distinto daquele que exerce o trabalho de forma externa, por ser outra modalidade de trabalho. Jorge Neto e Cavalcante (2019) informam outras características que particularizam o teletrabalho, como normalmente a atividade é realizada a distância, fora do ambiente de trabalho, as ordens de trabalho são dadas sem a presença física do gestor, o controle das atividades é avaliado pela execução das tarefas, executadas por computadores ou de outros equipamentos de informática e telecomunicações.

Desta forma, diante da não necessidade de comparecimento presencial e da possibilidade de haver um controle através dos resultados, o teletrabalho, após a sua regulamentação, mostrou-se uma alternativa viável para muitas empresas e sistemas de ensino que necessitam operar respeitando as medidas sanitárias restritivas de aglomeração para o controle da Covid-19.

Na bibliografia que se dedicou sobre o tema existe um tensionamento que opõem dois lados, um primeiro que aponta para as restrições e contingenciamentos vividos pelos docentes e demais membros da comunidade acadêmica. Esse primeiro prisma foi encontrado em diversos trabalhos tal como o de Almeida *et al* (2021). Ainda, para os autores, ao analisarem a percepção dos docentes em uma IES privada localizada em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, a respeito da experiência do teletrabalho no período da pandemia, foram colhidos relatos que apontaram para

uma vivência estressante e que obrigou a mudança de hábitos comportamentais da família e dos profissionais.

Na mesma obra Almeida *et. al.* (2021), apontam aspectos positivos com a possibilidade de engajamento dos colaboradores em oficinas e treinamentos que podem ser replicados periodicamente. Subjaz as discussões apresentadas uma recomendação de caráter pedagógico e administrativo para que um eventual retorno do ERE a comunidade acadêmica seja consultada e suas demandas e limitações sejam consideradas no processo de implantação dessa modalidade.

Para Costa (2021), a flexibilização dos horários de trabalho, a diminuição dos custos do escritório e economia de tempo com o não deslocamento, a maior possibilidade de convívio familiar. Nesta mesma direção, Moreira e Zuin (2022) debruçaram experiências com o teletrabalho apontando um melhor convívio familiar, flexibilização dos horários de trabalho.

Porém, quanto às desvantagens, os entrevistados elencaram: maior nível de estresse, mensagens fora do horário de trabalho, maior nível de autocobrança, dificuldade em conciliar o trabalho as atividades domésticas, falta de ambiente e equipamentos adequados, perda do contato humano, dificuldade em se desligar do trabalho e por último, a dificuldade em se comunicar com os colegas (Moreira; Zuin, 2022).

Ao longo do capítulo foi possível observar que as trilhas e os caminhos que integram o ensino superior privado, o ERE e o teletrabalho, constituem importantes tópicos de reflexão sobre a experiência da educação dos sujeitos que pertenciam aos ambientes universitários no período da pandemia (2020-2022). Ainda preocupados com as impressões, palavras e considerações daqueles que tiveram suas vidas afetadas pela tríade mencionada anteriormente, no próximo capítulo apresentaremos as linhas gerais das metodologias das quais tomamos parte para acessar partes das experiências e das memórias de membros de três comunidades acadêmicas.

3 Caminhos metodológicos

Os desafios e as perspectivas do estudo apresentam os reflexos da covid-19 no teletrabalho, no Ensino Remoto Emergencial em instituições privadas de ensino superior no estado de Minas Gerais, tendo em sua trilha metodológica a pesquisa de natureza aplicada, com possibilidades de ampliar ações nas IES, objeto de pesquisa. Para Godoy (1995), a pesquisa de natureza aplicada, é aquela que busca gerar conhecimento para a solução de problemas práticos, ou seja, busca aplicar o conhecimento científico em situações concretas. Essa pesquisa é

realizada em ambientes reais e procura desenvolver soluções práticas e viáveis para problemas específicos.

Quanto à abordagem, a pesquisa conta com as investigações quali-quantitativo e de matriz descritiva, o que é particularmente relevante para entender as complexidades e nuances do teletrabalho e do ERE em IES. Godoy (1995), apresenta a abordagem quali-quantitativo como sendo uma metodologia que busca integrar elementos da abordagem qualitativa e da abordagem quantitativa em uma mesma pesquisa. Essa integração é feita com o objetivo de explorar a complexidade do fenômeno em estudo de maneira mais abrangente e profunda.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, dado que a intenção é conhecer e dialogar com as especificidades do teletrabalho e do ensino remoto emergencial em instituições para os sujeitos pesquisados (Gil, 2008; Vergara, 2009).

Os participantes da pesquisa foram os técnicos administrativos, docentes, alunos e gestores nas três IES. Essa opção por múltiplos atores dialoga com o entendimento acerca da necessidade de um estudo que acolha as subjetividades dos cidadãos que compõe a categoria citadas. Ao todo a pesquisa contou com 339 entrevistas, divididos em 275 alunos, 47 técnicos administrativos, 16 docentes e um gestor. Cabe informar que foram considerados os participantes que registraram disponibilidade e Adesão Voluntária, mediante o aceite do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), no período de 01 de agosto a 31 de dezembro de 2022, em um universo de 1225 alunos.

A técnica de entrevista é uma forma importante de conhecer e reunir as vivências e experiências construídas pelos atores presente na pesquisa e trata-se de um meio para se alcançar um grupo mais alargado de participantes (Gil, 1999), o que oportunizou conhecer mais elementos sobre os modos como esses atores, a partir de pontos de vista distintos, interpretam o Ensino Remoto Emergencial e o teletrabalho.

Por fim, a análise conta com a triangulação de dados que, na prática, configura um modo de aproximação de fontes diversas para o aprofundamento e maior confiabilidade acerca das considerações construídas sobre o problema de pesquisa (Stake, 2005; 2011). Diante disso, foi reunido os conteúdos das pesquisas bibliográficas, com o resultado das entrevistas como uma forma de alcançar os sentidos e significados produzidos pelos atores em seu trato com a experiência do teletrabalho e o Ensino Remoto Emergencial (Flick, 2009). Ainda, pelos caminhos teóricos e metodológicos, bem como dos objetivos dessa investigação, a pesquisa foi autorizada e incentivada pelo Comitê de Ética da Unijuí.

4 Apresentação e análise dos resultados

A apresentação e análise dos resultados conta com os caminhos teóricos-metodológicos para compreender a participação de 339 atores, divididos em 275 alunos, 47 técnicos administrativos, 16 docentes e um gestor que orienta a matriz administrativa da IES. Assim, inicialmente registra-se que a adesão dos estudantes contou com a colaboração dos coordenadores de curso, que incentivaram os mesmos a participarem na pesquisa, bem como a IES disponibilizou seus canais institucionais para uma ampla divulgação. Desta forma, a presença dos estudantes foi por livre adesão.

Em seguida, os estudantes, do período de 2020 e 2021, no auge da pandemia, de um total 275 que participaram da pesquisa, 236 (85,8%), já eram alunos das IES, ao passo que 39 (14,2%) discentes foram matriculados após o período de referência. Todos os participantes registraram disponibilidade e Adesão Voluntária, mediante o aceite do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, no período de 01 de agosto a 31 de dezembro de 2022, em um universo de 1225 alunos. Dos 236 alunos participantes, houve uma predominância do sexo feminino (75,4%) em relação ao sexo masculino (24,6%), estas informações estão em concordância com dados Estatísticos que foi publicado pelo INEP através Censo da Educação Superior do ano de 2021, onde também apurou que o sexo feminino predomina na educação superior, tanto nos cursos presenciais e a distância.

Merece atenção a faixa etária dos estudantes matriculados de maior representatividade foi a de até 25 anos (68,6%), já os estudantes com idade entre 26 a 35 anos representa na pesquisa 16,9%, de 36 a 45 anos 10,2 %, de 46 a 59 anos 4,3%, denota-se que na pesquisa feita não teve respondentes com idade de 60 anos ou mais. Portanto, pode se dizer que estamos frente a uma IES com predominância de jovens e jovens adultos.

Dentre os fatores que contribuíram no processo de dedicação dos alunos junto ao curso durante o período de pandemia, eles apontaram que funções laborais foram as mais importantes, representado em 46,6 % como um fator de relevância. O segundo apontamento de maior destaque, foi o acesso às aulas (considera-se nesse quesito a disponibilidade de internet, equipamentos, dentre outros recursos) com 43,2 %. O trabalho doméstico representou 21,2%, já questões de saúde e cuidado com algum familiar não foi considerado de notório impacto pelos alunos estando na representação de 15,7%.

Na pesquisa de Flores *et al.* (2021), um estudo realizado com alunos de várias instituições de Ensino Superior em Portugal, que teve como objetivo identificar a adaptação ao ensino e à

aprendizagem durante o confinamento, duas questões chamaram atenção. A adaptação ao ensino a distância pode ser um desafio para os estudantes, e diversas justificativas podem ser apontadas, como a falta de condições adequadas, recursos e equipamentos, bem como a falta de apoio, orientação e acompanhamento dos colegas e professores. Para além, fatores individuais, como o aumento da ansiedade, a sensação de impotência, a dificuldade em concentrar-se, a impossibilidade de interagir e socializar com colegas e professores, a necessidade de passar muitas horas em frente ao computador.

Já em relação ao tempo de dedicação aos estudos durante as aulas remotas no período da pandemia, a maioria dos alunos relataram que se dedicaram até 4 horas de estudos diárias. A situação foi desafiadora para muitos estudantes, pois eles precisavam se adaptar a um novo formato de aprendizado e, ao mesmo tempo, continuar a cumprir suas funções laborais. Os dados da pesquisa apontam que 59,7 % dos estudantes estavam trabalhando ou estagiando durante o período das aulas remotas, ao passo que 23,7 % dos graduandos informaram que não estavam atuando profissionalmente durante o período das aulas remotas, 8,9% estavam atuando presencialmente e remotamente, 7,7% só remotamente.

Um outro questionamento realizado na pesquisa para os estudantes foi sobre os equipamentos utilizados para assistirem as aulas remotas. Em um percentual de 74,2 % informaram que participavam das aulas via celular, sendo o notebook utilizando também como instrumento complementar em 65,7%, ao passo que a minoria optou pelo computador (desktop) 22% e o tablete apenas 4,7%. Na mesma direção foi questionado junto aos alunos se em sua residência existia um cômodo adequado no qual conseguiram assistir às aulas remotas e realizar as suas atividades de maneira adequada, 63% que sim, ao passo que 37% responderam que não.

Ao perguntar os alunos sobre de como o Ensino Remoto Emergencial impactou no processo de aprendizado, em um percentual de 61,9% dos alunos avaliaram que impactou negativamente em seu processo de aprendizado, 20,3% dos alunos avaliaram que impactou positivamente em seu processo de aprendizado. Por fim 17,8% dos alunos informaram que nada impactou em seu processo de aprendizado. Isso indica que alguns alunos podem ter se adaptado bem ao ensino remoto, mas também, pode indicar que eles não perceberam mudanças no processo de ensino-aprendizagem.

Já quanto ao ambiente familiar, durante o Ensino Remoto Emergencial, a maioria dos alunos avaliou a convivência com a família como boa, com 87 dos alunos escolhendo essa opção. Outros 71 dos alunos avaliaram a convivência como ótima, enquanto 58 avaliaram como regular e 13 avaliaram como ruim. Apenas 7 dos alunos escolheram a opção péssimo.

Ao questionar os estudantes frente as despesas pessoais no período do Ensino Remoto Emergencial, 47 alunos avaliaram como ótimo, 69 como bom, 75 como regular, 29 como ruim e 16 como péssimo. Pode-se perceber que a maioria dos alunos avaliou as despesas pessoais como regular ou bom, sendo que a opção ótima foi a terceira mais escolhida. No entanto, ainda houve um número significativo de alunos que avaliaram negativamente, com 29 escolhendo a opção ruim e 16 a opção péssima. Essa avaliação pode indicar que, apesar de muitos alunos não terem considerado as despesas pessoais como um aspecto muito vantajoso ou desvantajoso durante o Ensino Remoto Emergencial, ainda houve uma parcela significativa que foi impactada negativamente.

No Ensino Remoto Emergencial, no período da pandemia, foi questionado sobre a qualidade de vida. Um total de 82 alunos, avaliaram como regular, 58 avaliaram como bom, 41 como ótimo, 41 como ruim e 14 como péssimo. Isso sugere que a maioria dos alunos considerou sua qualidade de vida durante o Ensino Remoto Emergencial como regular, enquanto uma parcela significativa avaliou como bom. No entanto, uma parcela considerável dos alunos também avaliou a qualidade de vida como ruim ou péssima, indicando que o Ensino Remoto, teve um impacto negativo em sua vida pessoal.

Quanto ao deslocamento, a pesquisa identificou que maioria dos alunos avaliou o tempo de deslocamento como ótimo, com 96 alunos escolhendo essa opção. Outros 59 alunos avaliaram como bom, enquanto 51 avaliaram como regular, 16 avaliaram como ruim e 14 avaliaram como péssimo. Essa avaliação pode estar relacionada ao fato de que, com o Ensino Remoto, os alunos não precisavam mais gastar tempo e dinheiro se deslocando diariamente para a Instituição de Ensino.

Os acadêmicos, ao serem questionados acerca da oportunidade de continuarem estudando remotamente, responderam, prevalentemente, que não gostariam de continuar seus estudos nesta modalidade, totalizando um percentual de 73,3% dos respondentes, enquanto 26,7% dos participantes demonstraram interesse em continuar o período acadêmico de forma remota. Nesta mesma direção foi questionado, se o Ensino Remoto poderá ser uma tendência para o futuro. As respostas apontaram que 56,8 % consideram que, de fato, será uma tendência. Entretanto, 43,2 % não compartilham da mesma ideia.

A pesquisa buscou identificar se durante o período de aulas remotas, os estudantes haviam sentido falta do contato presencial do professor, em sua maioria de 86%, afirmaram que sim. Apenas 14% responderam negativamente. Em seguida foi questionado se durante o período de aulas remotas, os estudantes conseguiam esclarecer as suas dúvidas com o professor de forma

satisfatória. Em um percentual de 63,6% conseguiram esclarecer suas dúvidas de forma satisfatória; 36,4% dos alunos tiveram dificuldades para esclarecer suas dúvidas com os professores de forma satisfatória. Isso pode indicar que, apesar de muitos alunos terem se adaptado ao Ensino Remoto, ainda houve desafios em relação à comunicação e à interação com os professores. Alguns fatores que podem ter influenciado essa dificuldade incluem a falta de acesso a tecnologias adequadas, a sobrecarga de trabalho dos professores e a falta de interação presencial. Essas respostas apontaram uma outra pergunta: como os alunos absorveram os conteúdos ministrado nas aulas remotas. Em um percentual de 64 % dos alunos responderem que assimilaram totalmente os conteúdos, 20,8 % declaram que aprenderam parcialmente o conteúdo e apenas 14,4% que não absorveu o conteúdo.

O segundo grupo da pesquisa são os técnicos administrativos, que tem recebido atenção recente nas pesquisas acadêmicas que problematizam o trabalho em tempos pandêmicos (Moreira; Zuin, 2022). A presente pesquisa contou com 47 participantes, durante o período de 2020 e/ou 2021, apenas 27 (57%) estavam trabalhando na IES durante o período analisado e 20 (43%) técnicos administrativos foram contratados após o período pandêmico. Quanto ao grau de escolaridade dos técnicos administrativos participantes da pesquisa, 51,9% são Especialistas, 3,7% são Doutores e 18,5% possuem uma Graduação, ao passo que 25,9 % somente detém o Ensino Médio.

A pesquisa identificou que a questão da saúde que mais impactou no período na pandemia, em um percentual de 40,7%, em segundo lugar o fator apontado foi trabalho doméstico com 37,0 %. Em terceiro ficou o fator cuidado com algum familiar com 29,6% e por fim o fator questão de acesso ao trabalho (internet, equipamentos dentre outros) ficou com 22,3%. Essas respostas incentivam outro questionamento: após a experiência do período pandêmico, gostariam de prosseguir com suas funções na modalidade de teletrabalho. Os resultados foram favoráveis a execução dessa modalidade laboral, tendo 40,7% votado em seu benefício, 25,9% apontaram talvez, 26,9 % não, 6,5%apontaram semipresencial alguns dias.

A reflexão diante do trabalho dos técnicos administrativos permite apontar algumas questões negativas, que podem ser explicadas sob a argumentação, ocorrida em especial pelos respondentes pelo sexo masculino, de que parte dos gastos, como insumos tecnológicos seriam de responsabilidade do trabalhador e não do empregador. A experiência daqueles que optaram pela alternativa talvez tenha sido descrita pelos próprios, como uma dúvida dado que muitos ainda temem pela fragilidade dos vínculos empregatícios e, também, pela restrição da

sociabilidade pelo mundo do trabalho que, em maior ou menor medida, pode facilitar o acesso a melhores cargos, oportunidade e eventualmente progressões de carreira.

O grupo de professores que participaram foi de 16 profissionais; sendo do sexo feminino (56,3%) e do sexo masculino (43,8%), pertencente majoritariamente a faixa etária 36 a 45 anos (62,5%). Registra-se que o quantitativo de docentes, passou por uma drástica alteração na IES em função da pandemia e do isolamento social que acarretaram diminuição matrículas e, por conseguinte no fechamento de turmas. Tal sequência de fatos, afetou também o quadro docente das instituições, consolidando em um processo de demissões (Cogo, 2008). Frente a esse fenômeno, pode se explicar a baixa adesão de respondentes a esse nicho de profissionais.

Conquanto ao grau de escolaridade dos docentes participantes, prevaleceram aqueles que possuem o título de mestre, representando 68,8% do total; 18,8% dos professores possuem o grau de Especialização; 18,8 % são intitulados como Doutores. Nenhum docente participante possui pós-doutorado. Destaque-se que o perfil de titulação dos docentes está de acordo com as demandas do MEC, dados os critérios de formação demandados às IES na composição de seus recursos humanos, em específico o seu corpo docente.

Os professores ao serem questionados, quanto ao número de dependentes familiares que possuíam à época do teletrabalho, 37,5% responderam que possuíam 2 dependentes. Em seguida, 25% dos respondentes declaram que não possuíam dependente; e 18,8% do grupo pesquisado informou que possuíam apenas 1 dependente. Apenas 6,3% dos entrevistados declararam que possuíam 4 ou mais dependentes em seus grupos familiares. Esse questionamento contribuiu para entender a quantidade de dependentes de um núcleo familiar, para compreender os possíveis reflexos no teletrabalho exercido pelos docentes. Ademais, pode se depreender que a conexão destes com seus familiares no contexto pandêmico, não só se aprofundou, mas foi marcada pelo temor da doença, pelos desafios da manutenção da sobrevivência e, no extremo, o medo da perda. Tais elementos de fundo psicológico e subjetivo merecem atenção futura em pesquisas sobre a saúde mental dos professores no ensino superior (Silva *et al*, 2020; Medeiros *et al*, 2021).

A pesquisa buscou verificar o grau de exclusividade de dedicação junto as ações didáticas na IES pesquisadas. A maioria dos professores entrevistados, em um percentual de 75% responderam que possuíam outra ocupação profissional (o que não significa em sala de aula), 25% dos participantes relataram que não havia outra ocupação profissional, sendo sua dedicação exclusiva ao magistério nas faculdades em apreciação. Desta forma, a pesquisa identificou que 56,3% dos entrevistados apenas lecionavam em uma única IES, 37, 5% dos docentes indicaram

que trabalhavam em 2 instituições distintas. Apenas 6,3 % dos entrevistados declararam que exerciam o magistério em 3 IES. Essa realidade dos professores aponta elementos “dificultadores” para o pleno exercício da profissão em somente uma unidade, dados os baixos salários (Gomes; de Oliveira; Santos, 2021).

A pesquisa identificou que 56,3% dos professores, possuem entre 5 e 10 anos de experiência no Ensino Superior Presencial; 18,8 % dos docentes possuem entre 11 e 15 anos de atuação nessa modalidade de ensino no grau superior; 12,5 % dos entrevistados afirmam que possuem entre 16 e 20 anos de atuação da docência; 6,3% dos participantes afirmam que possuem mais de 20 de experiência como professor do Ensino Superior Presencial; 6,3% dos docentes afirmam que possuem menos de 5anos de experiência como docentes no Ensino Superior Presencial. Ainda, neste período pode-se notar que 81,3% dos docentes não haviam experimentado estes formatos de atuação laboral do Ensino Remoto Emergencial e o teletrabalho e 18,7% atuaram em formato remoto, com profissões diversas.

Os professores ao serem questionados sobre o Ensino Superior no teletrabalho, 56,3% dos respondentes afirmaram que tinham um ambiente adequado para ministrar as aulas remotamente; 43,7% dos professores indicaram que não possuíam espaço adequado para desenvolver e ministrar aulas e atividades correlatas à distância em suas respectivas residências. Para Araújo e Lua (2022, p. 5) o teletrabalho apresenta “[...]marcadas pela invasão abrupta do espaço doméstico e familiar pelo trabalho profissional, são experimentadas de diferentes formas, a depender das circunstâncias vivenciadas na esfera produtiva”. Desta forma, houve a necessidade da interpelação de espaços por parte dos novos docentes, onde o ambiente doméstico deveria estar preparado para atender as funções laborais anteriormente exercidas em sala de aula.

Questionados acerca da infraestrutura tecnológica necessária para realizarem suas atividades remotamente - como computador, acesso à internet e outros equipamentos de informática - 62,5% os professores indicaram que possuíam infraestrutura necessária. Por outro lado, 37,5% sinalizaram que não gozavam das mesmas condições. Deste percentual, 6,3% dos entrevistados, em análise conjunta com as informações do tópico anterior, informaram que apesar de terem espaço físico adequado em suas residências, careciam de meios telemáticos para cumprirem suas funções.

Araújo e Lua (2022) apontam que a qualidade dos equipamentos telemáticos, bem como, a mobiliário apropriado são condições determinantes para a execução do trabalho remoto e a entrega de melhores resultados. Cabe um registro, a pesquisa não identificou um suporte

financeiro aos docentes para o cumprimento de suas atividades, medida essa que maior ou menor medida pode ter afetado o rendimento desses profissionais e, por consequência, a boa execução do processo de ensino e aprendizagem de seus estudantes. Esses desafios certamente contribuíram que somente 25% dos professores entrevistados, afirmaram que tinham interesse de prosseguir atuando no ensino remoto. Porém, aos seres questionados sobre o cenário futuro, 62,5% dos entrevistados dos professores afirmaram que consideram o trabalho remoto como uma tendência para o Ensino Superior. Por sua vez, 37,5% dos entrevistados não consideram que o trabalho remoto possa a se tornar uma tendência no futuro.

Por fim, os professores ao serem questionados sobre a carga de trabalho durante a pandemia, com o trabalho remoto, 81,3% dos participantes afirmaram que tiveram sua carga de trabalho aumentada por conta da pandemia. Outra parte dos participantes, ao todo 18,7%, indicaram que tiveram mantidas suas cargas de trabalho. Nenhum respondente indicou que teve diminuição na quantidade de tarefas laborais durante a pandemia.

Durante a pandemia, os gestores de instituições no ensino superior tiveram que lidar com uma série de desafios e tomar decisões rápidas para garantir a segurança dos alunos, professores e funcionários. Ao mesmo tempo em que tinham a tarefa de manter as IES funcionando com suas atividades acadêmicas, fazia-se necessário promover um ensino de qualidade.

A gestão nas IES pesquisada mantém uma administração unificada, por isso foi realizada uma entrevista com o gestor que orienta a estrutura de governança, mediante um roteiro de entrevista semiestruturada (Nunes; Nascimento; de Alencar, 2016). Assim, pelos dados coletados foi possível conhecer as estratégias mobilizadas pôr na IES no período da pandemia.

Um dos primeiros questionamentos realizados foi frente as estratégias de implementação do teletrabalho, segundo o gestor foi assim que iniciou a pandemia em 2020, a IES migrou para do Ensino Presencial para o Ensino Remoto Emergencial. Os professores migraram para o teletrabalho mediante ajuste na infraestrutura, para ministrar as aulas no formato Ensino Remoto. O gestor relatou que as IES, por já atuar na área de Educação a Distância, estava plenamente preparada em termos de recursos tecnológicos.

De fato, o acúmulo da IES no campo de atuação à distância promoveu uma migração mais célere e pedagogicamente organizada para o ambiente virtual. Neste processo a boa integração entre os setores acadêmicos, administrativos e, em especial, com os funcionários ligados a tecnologia de informação foi decisivo para um início das atividades no Ensino Remoto.

No que se refere ao andamento das ações educacionais e administrativas, o gestor registrou em sua fala, que a metodologia de trabalho do corpo técnico administrativo e dos

docentes foi compartilhadas com as lideranças de seus setores e/ou cursos. Entre os desafios relatados pelo gestor foi com a passagem das aulas presenciais para aulas remotas, as novas rotinas de trabalho de docentes e técnicos administrativos e as inúmeras normas e legislações que foram surgindo emanadas pelos governos federal, estadual e municipal, as críticas dos graduandos sobre a manutenção dos valores das mensalidades.

Reforça o gestor, a despeito das adversidades daquele momento, a IES experimentou um processo de renovação de suas práticas, tanto administrativas quanto pedagógicas, mediante um diálogo permanente. Observou-se ainda um forte apelo do entrevistado para a descentralização das práticas de liderança e também uma atenção sistemática às demandas da comunidade acadêmica e de seus diferentes sujeitos.

Após as considerações do administrador, foi possível produzir um relato crítico acerca das múltiplas visões dos grupos na IES, destacando os limites e as possibilidades trazidas pelo Ensino Remoto Emergencial e o trabalho remoto. Na certeza de que as especificidades de cada eixo analítico são importantes para a compreensão do período de pesquisa de 2020 e 2021.

5 Considerações finais

Parte-se do pressuposto de que a pandemia da Covid-19 estimulou nas Instituições de Ensino, novas práticas de ensino e trabalho remoto, em especial, no período de 2020 e 2021. A adoção do Ensino Remoto Emergencial e do Teletrabalho representou uma mudança significativa na rotina para todos os atores que compõem o ensino superior, com reflexos importantes no funcionamento das IES, seja no trabalho, como no ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa fez um recorte no lócus da investigação, a partir do 3º ano de curso, ou seja, a partir do 5º período, para acolher e coletar as impressões dos estudantes, técnicos administrativos, professores e do gestor enquanto linha de pesquisa, por ser atores que viveram o período da pandemia.

Desta forma, foi possível identificar as preocupações dos estudantes em relação à qualidade do ensino remoto, em comparação com o ensino presencial. Destaques coletado na pesquisa: a falta de interação social e conexão com os colegas e professores, a dificuldade em manter a motivação, o foco em um ambiente de aprendizado remoto. No entanto, também há relatos positivos: a flexibilidade do ensino remoto, o uso de tecnologias e ferramentas digitais, que permitem uma interação mais dinâmica e criativa do que seria possível em um ambiente de sala de aula tradicional, o não deslocamento para a IES.

Ademais, as funções laborais foram apontadas pelos alunos como um dos principais fatores que impactaram a dedicação ao curso durante no período de pandemia. É importante lembrar que muitos estudantes trabalham para custear seus estudos e, com a pandemia, muitos perderam seus empregos ou tiveram suas jornadas de trabalho aumentadas para compensar as perdas financeiras das empresas. Isso pode ter prejudicado a disponibilidade de tempo e energia para os estudos, especialmente para aqueles que tiveram que conciliar o trabalho com o estudo em casa. Ainda, muitos estudantes tiveram dificuldades em acessar as aulas online, seja pela falta de equipamentos ou pela falta de uma conexão de internet adequada, um ambiente que gerou em média quatro horas de estudos diárias.

A pesquisa verificou o papel e as vivências dos técnicos administrativos, que em boa parte, contou com a maior presença das mulheres que, sob o receio de uma possível demissão, reforçaram sua atenção às atividades laborais. Nota-se que esse grupo apresentou interesse na expansão de suas atividades remotas no pós-pandemia, mas também deixou latente seu receio com possíveis perdas salariais e de direitos trabalhistas. Esse tensionamento, perdas salariais e de direitos trabalhista, tem sido narrado em outras pesquisas e demonstra os desafios enfrentados para uma expansão do teletrabalho no país (Figueiredo, *et al.*, 2021; Bridi; Braunert; Bernardo, 2019). Sendo a superação destas dúvidas um exercício a ser realizado por sindicatos e grupo de pesquisas que dialoguem mais diretamente com os trabalhadores desta área.

A pesquisa realizada junto aos docentes, de maneira majoritária, considera não só suas circunstâncias, mas também, a dos estudantes. Nesse sentido, seus apontamentos sublinharam as dificuldades desse coletivo no acompanhamento das aulas. Para o gestor, de certa forma um dos maiores desafios residiu no curto espaço de tempo para execução das normativas governamentais. Enfim, importante ainda se faz destacar que o estudo permitiu identificar as questões de gênero, raça e classe foram determinantes sobre os modos de ver e experimentar dos participantes da pesquisa diante dos fenômenos contemporâneos, a adoção do Ensino Remoto Emergencial e do Teletrabalho.

Dúvidas repousam sobre o teletrabalho, em especial no que se refere ao suporte tecnológico a ser oferecido pelas IES, enquadramento dos direitos trabalhistas. Neste contexto, sugere-se, para futuras pesquisas, a transformação digital e em particular o setor de serviços ligado ao ensino universitário.

Referências

ALMEIDA, Damiana Machado *et al.* Teletrabalho: docentes se reinventando em tempos de pandemia. **Rev. FSA**, Teresina, PI, v. 18, n. 03, art. 7, p. 148-170, mar. 2021. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2236>. Acesso em: 19 fev. 2023.

ARAÚJO, T. M. de; LUA, I. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, n. Rev. bras. Saúde ocup., 2021 46, p. e27, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/LQnfJLrjgrSDKkTNYVfgnQy/?lang=pt#>. Acesso em: 06 mar. 2022.

ARAÚJO, Thiego Santos de. **Universidade em tempos de pandemia: um estudo sobre os impactos da adoção do teletrabalho na percepção de servidores públicos**. 2020. 94f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

BEHAR, Patrícia Alejandra. O Ensino remoto emergencial e a educação a distância. **Jornal da Universidade**, [s.l.], 6 jul. 2020. Destaque. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia>. Acesso em: 06 mar. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. [Classificação das instituições de ensino superior]. Disponível em: <http://www.mec.org.br>. 2022. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, c2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008. Dispõe sobre o censo anual da educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 abr. 2008. Seção 1, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6425.htm. Acesso em: 10 fev. de 2022

BRASIL. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, c2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008. Dispõe sobre o censo anual da educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 abr. 2008. Seção 1, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6425.htm. Acesso em: 10 fev. de 2022.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ipatinga/panorama> Acesso em: 08. dez. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº

6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em 10 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 3.467 de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/pcsWXC>. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 544, de 16 jun. 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 329, de 11 de março de 2020**. Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC, no âmbito do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-329-de-11-de-marco-de-2020-247539570>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394 -LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.geledes.org.br/ldb/?amp=1&gclid=CjwKCAjw-vmkBhBMEiwAlrMeF41oTUcCbC0V3s39vSYNHzn98LF6Fjr_GbPeCLpsa0f8DXSwpFAJyBoC5RUQAvD_BwE Acessado em maio de 2022

BRIDI, Maria Aparecida; BRAUNERT, Mariana Bettega; BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. A inserção da precariedade do trabalho no setor público como resultados das políticas neoliberais. **In: MELLO, Lawrence Estivalet de; CALDAS, Josiane; GEDIEL, Peres (orgs.). Políticas de austeridade e direitos sociais.1.** ed. Curitiba, PR: Kaygangue, 2019. p. 100-113.

CAIRO JÚNIOR, José. **Curso de Direito do Trabalho: Direito Individual e Coletivo**. 13. ed. atual. e aum. Salvador: JUSPODIVM, 2017.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acessado em maio de 2022

COSTA, L. S. de M. da. **As possibilidades e os desafios do teletrabalho: um estudo de caso com professores do curso superior de administração do Instituto Federal do (Bacharelado em Administração) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo -**

Campus Guarapari, Guarapari, ES, 2021. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/925/TCC_As%20possibilidades%20e%20os%20desafios%20do%20teletrabalho.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 22 fev. 2022.

COGO, P. S. **Demissão: uma ruptura na trajetória profissional de professores do ensino superior privado**. 2008. 226 f. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15318/000677831.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 fev. 2023.

FIGUEIREDO, Elisabeth *et al.* Teletrabalho: contributos e desafios para as organizações. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 1427-1438, jun. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572021000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 fev. 2023.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FLORES, M. A. *et al.* Ensino e aprendizagem à distância em tempos de COVID-19: um estudo com alunos do Ensino Superior. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, [S. l.], v. 55, p. e055001, 2021. DOI: 10.14195/1647-8614_55_1. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/9189>. Acesso em: 30 jan. 2023.

GARCIA, Tânia Cristina Meira *et al.* **Ensino remoto emergencial: orientações básicas para elaboração do plano de aula**. Natal, RN: SEDIS/UFRN, 2020. 18 p. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/29766/1/ENSINO%20REMOTO%20EMERGENCIAL_orientacoes_basicas_elaboracao_plano_aula.pdf. Acesso em: 06 de mar. 2022.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas SA, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOULART, J. O. **Teletrabalho: alternativa de trabalho flexível**. Brasília: SENAC, 2009.

GOMES, F. S.; OLIVEIRA, T. M. de.; SANTOS, F. V. . PROFISSÃO DOCENTE: desafios, perspectivas e debates contemporâneos. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e020126, 2021. DOI: 10.24065/2237-9460.2021v11n1ID1528. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1528>. Acesso em: 19 fev. 2023.

HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. The difference between emergency remote teaching and online learning. **EDUCAUSE Review**, March 27, 2020 Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 06 de mar. 2022.

MARTINS, Flávio. **Direitos Sociais em Tempos de Crise Econômica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597288/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MEDEIROS, Jade Gomes da Costa *et al.* Análise da saúde mental dos professores de uma instituição de Ensino Superior em meio a pandemia. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 13, n. 2, p. 2, 2021. Disponível em: <https://www.cpaqv.org/revista/CPAQV/ojs->

2.3.7/index.php?journal=CPAQV&page=article&op=view&path%5B%5D=773&path%5B%5D=pdf. Acesso em: 30 jan. 2023

MINISTÉRIO DA SAÚDE- **Portaria nº 1.565**, de 18 de junho de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3s8Loms> . Acesso em 10 de out. de 2022.

MOREIRA, Victor Emanuel do Carmo; ZUIN, Débora Carneiro. O que mudou no trabalho durante a pandemia? Experiências com o teletrabalho em uma instituição de ensino superior. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, e231111537161, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37161/30949>. Acesso em: 30 jan. 2023.

NILLES, J. M. **Fazendo do teletrabalho uma realidade**: um guia para telegerentes e teletrabalhadores. [S.l.]: Futura, 1997.

NUNES, Ginete C.; NASCIMENTO, Maria Cristina D. do; LUZ, Maria Aparecida C. A. Pesquisa Científica: conceitos básicos. **Id on Line Revista de Psicologia**, fev. 2016, vol.10, n.29. p. 144-151. ISSN 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390/527>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/lang--es/index.htm> Acessado em maio de 2022

SILVA, A. F. D. *et al.* Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. Physis, 2020 30(2), p. e300216, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/yx7V4TkBTMGZdthMQmyQy7R/?lang=pt#>. Acesso em: 19 fev. 2023.

SILVA, V. G. da; VIEIRA, A. M.; PEREIRA, R. da S. A gestão do teletrabalho: nova realidade ou mera adaptação à tecnologia? **Perspectivas Contemporâneas**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 35–55, 2015. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/1864>. Acesso em: 19 fev. 2023.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Grupo A, 2015. 9788563899330. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563899330/> . Acesso em: 14 mar. 2022.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 146 p. ISBN: 85-224-3963-X.